CRESS-PR em MOVIMENTO

CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região

21 DE MARÇO DE 2019

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

Imagens: Dilvulgação internet.

ASSISTENTES SOCIAIS MOBILIZADAS/DOS PELA

IGUALDADE RACIAL

Em 1960, a cidade de Johanesburgo, na África do Sul, presenciou um ataque aos direitos humanos, que ficou conhecido como o Massacre de Sharpeville. O Dia Internacional contra a Discriminação Racial foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao "Massacre de Shaperville", em 21 de março de 1960. Nesta data, aproximadamente 20 mil pessoas faziam um protesto contra ações do regime de apartheid.

Nesta data, aproximadamente vinte mil pessoas protestavam contra a "lei do passe". Esta lei obrigava os negros a andarem com identificações que limitavam os locais por onde poderiam circular dentro da cidade. A polícia abriu fogo contra a multidão, que estava desarmada, resultando em 69 mortos e 186 feridos.

Assim, o mês de março configura-se como um marco de luta internacional para manter a memória desta trágica violação dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, trata-se de uma data de fortalecimento das ações de combate ao racismo. Para a gestão do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PR) o 21 de março é um dia de intensificação da resistência e de visibilidade aos efeitos atuais do processo colonizador, da desigualdade histórica que atinge mais fortemente e verticalmente os países pobres e a população negra.

A luta é de combate ao poder dominante e imperialista, o que incorpora a defesa dos direitos.

É preciso, nesse sentido, eliminar toda e qualquer discriminação racial. No Brasil, vemos recorrentemente os direitos da população negra sendo negados e violados, ao mesmo tempo em que estamos envolvidos por um caldo histórico que parece não se lembrar que há pouco mais de 100 anos nossa sociedade era escravocrata. E a construção ética de nós, assistentes sociais, passa também, por assumir esse histórico, reconhecer tais traços ainda presentes e lutar contra as múltiplas expressões do racismo estrutural.

Ainda nessa esteira de luta contra a desigualdade e violência racial, o mês de março também marca o um ano da execução de Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro (PSOL) que foi morta em 14 de março de 2018. O preconceito e a discriminação são fatores que dão base para violências, extermínios e conflitos. A morte de Marielle escancara o caráter de exceção que estamos vivendo, a partir da instauração de um cenário de violência, criminalização e opressão de movimentos de resistência, quaisquer que sejam. E é especialmente a população negra e indígena a que mais sofre com essas políticas que acentuam a desigualdade racial, a exclusão do acesso aos bens, serviços, riqueza e poder, e o extermínio – tudo aquilo que Marielle lutava contra. A investigação do crime levou à prisão de dois suspeitos, mas, até agora, segue sem solução sobre quem é o mandante.

Assim, reafirmamos que Marielle está PRESENTE! Que sua morte afeta a democracia, sendo necessário saber quem mandou e porque mandou matar Marielle!

RETRATOS DAS/DOS NEGRAS/OS NO BRASIL

Um dos maiores desafios de combater o racismo no nosso país é seu caráter estrutural, normativo e naturalizado. Ou seja, as expressões do racismo se dão de forma dispersa, imbricada, em toda a nossa estrutura social. Isso equivale dizer que tal preconceito se estrutura nas relações, sejam elas profissionais, casuais, jurídicas, afetivas. No Brasil, o retrato da população que se autodeclara negra é cruel.

De acordo com o Atlas da Violência de 2017, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no país, 71 são negras. No quesito educação, a variável cor da pele também influencia negativamente. O Relatório das Desigualdades: Raça, Gênero e Classe, feito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apontou que, em 2015, as pessoas que não tinha instrução educacional e se autodeclaravam brancas somavam 4% da população pesquisada; a população negra somava 9%. Já dentre aqueles que possuem Ensino Superior completo, a proporção é de 19% dentre os brancos, e 7%, dentre os negros. Quando se adiciona a variável renda, o cenário fica ainda mais esmagador para esta população.

DE CADA 100 PESSOAS QUE SOFREM HOMICÍDIO NO PAÍS, 71 SÃO NEGRAS

Também devido ao caráter estrutural, a intersecção raça e gênero aponta para dados preocupantes. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feito pelo IBGE, referente ao período de 1995 a 2015, a desigualdade de gênero é histórica e é exacerbada pela questão racial.

A pesquisa aponta que uma mulher recebe em média 30% a menos que um homem. Se essa mulher for negra, ela chega a receber 40% do salário de um homem branco. Outro fator apontado é o da precarização do trabalho, no qual se reconhece uma escalada de qualificação a partir de gênero e raça. De acordo com a Pnad, 39,08% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%).

UMA MULHER RECEBE EM MÉDIA 30% A MENOS QUE UM HOMEM. SE ESSA MULHER FOR NEGRA, ELA CHEGA A RECEBER 40% DO SALÁRIO DE UM HOMEM BRANCO.

A Unesco, responsável pela organização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) de 2017, destacou que, além da má remuneração e qualidade dos postos de trabalho, as mulheres negras são aquelas mais sujeitas à violência. De acordo com o documento, mulheres negras entre 15 e 29 anos tem 2,2 mais chances de serem assassinadas no Brasil do que uma mulher branca da mesma idade. Numa conjuntura de redução de direitos e de desmonte de políticas de proteção social, tal realidade se agrava.

Sendo o racismo estrutural, cultural e institucional, ele é diretamente vinculado às lutas da classe trabalhadora, naquilo que tange, especialmente, os direitos humanos.

Compreendemos, nesse sentido, que a eliminação da discriminação racial depende de reformas que enfrentem, também, as desigualdades de gênero e de classe, a fim de uma mudança efetiva.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, baseada na dignidade humana, estabelece em seu artigo 5°, inciso XLII, que o racismo é considerado crime inafiançável. O Novo Código Penal estabelece o racismo como crime hediondo e prisão por preconceito racial. Entretanto, o racismo institucional e a ausência de políticas públicas inviabilizam, cotidianamente, a garantia de direitos e a proteção às pessoas e populações discriminadas. O Estatuto da Igualdade Racial (2010) estabelece como sendo discriminação racial ou étnico-racial, "toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos politico, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida publica ou privada" (BRASIL, 2010).

CAMPANHA

ASSITENTES SOCIAIS

NO COMBATE AO RACISMO

Com intenção de amplificar e fortalecer a luta conta o racismo, o conjunto CFESS-CRESS iniciou uma campanha com ações de combate ao racismo, no 47° Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que aconteceu em setembro de 2018, em Porto Alegre. A campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo" consiste em uma série de atividades ligadas à desigualdade racial, enfocando o exercício da profissão para a garantia de acesso de todos os usuários aos serviços públicos, como educação, saúde, habitação e assistência social.

Um dos pilares da campanha é o site, que disponibiliza materiais publicitários formativos, com download gratuito, para serem utilizados em ações diretas, mídias sociais e outras iniciativas. O site tem cartazes, vídeos, estampas e logos. Além disso, o endereço traz relatos de experiências de assistentes sociais frente ao cotidiano combate ao racismo e registros de ações já realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS.

No site da campanha, que pode ser acessado neste link https://servicosocialcontraracismo.com.br, você pode conhecer os relatos de outras/os assistentes e, também, baixar os materiais de divulgação.

Nosso Código de Ética traz como central a defesa intransigente dos direitos humanos, o favorecimento da equidade e justiça social e, principalmente, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, por meio de ações concretas nos espaços sócio ocupacionais. Este exercício depende de alianças com a população usuária dos serviços sociais e com as organizações e movimentos que lutam pela igualdade racial, na direção de uma sociedade emancipada, com efetiva liberdade de toda forma de desigualdade, exploração, opressão e discriminação de classe, gênero e raça/etnia.

A assistente social da Caritas (Regional Paraná), representante do CRESS-PR no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná e integrante do CT de Ética e Direitos Humanos, Juliana Mara da Silva acredita que a unificação e o debate são fundamentais para a luta pela igualdade racial. "É preciso uma categoria unificada e atuante nos espaços democráticos, que promova ações e debates junto à sociedade civil e aos órgãos públicos", defende.

Nesse sentido, a assistente social, graduada pela Universidade Federal Fluminense, aponta que o principal desafio é o trabalho em rede. "O assistente social não trabalha sozinho. Ele trabalha com profissionais diferentes, e mesmo dentro da categoria, há diferenças. Então, é preciso buscar um ponto em comum, à luz do nosso Código de Ética", explica. Para Juliana, o exercício da profissão preocupa-se com as expressões da questão social, de gênero e de raça, e a clareza sobre o código da profissão auxilia justamente a encarar estas expressões em meio à nossa sociedade patriarcal e conservadora, expandido o debate e as atuações.

COLETIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS/OS

O combate ao racismo é uma das bandeiras erguidas pelo Conjunto CFESS-CRESS. Nesse sentido, um grupo do CRESS-PR organizou-se por meio do Coletivo de Assistentes Sociais Negras e Negros. O grupo tem o desafio de lidar com a descentralização dos participantes, que moram em diferentes regiões do estado, para traçar estratégias coletivas de atuação.

Uma das idealizadoras é Tatiana de Fátima Santos, Assistente Social formada pela Universidade Federal do Paraná, Conselheira CRESS-PR e participante da Comissão Permanente de Ética. Ela também atua no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Pontal do Paraná – cidade onde reside.

Tatiana defende que a ideia do Coletivo não é a de produzir uma separação no Conselho, mas assumir que, sendo o racismo estrutural e enraizado na nossa história, cada negro e negra reverbera isso em si mesma/o de uma forma diferente. "Não queremos separar, mas trocar, buscar ouvir outras vivências, conhecer nossa história. Muitas negras e negras não conhecem a própria história, não sabem como foi a escravidão. Não sabem que os escravos libertos não tinham dinheiro, por exemplo. Há também muitos que negam a própria história. Então, esse espaço do Coletivo pode servir para isso, também", explica Tatiana.

A conselheira defende ainda que o combate ao racismo é contínuo e que é muito importante que a gente fale e exponha sempre, afinal, ele existe cotidianamente e estruturalmente. Essa data, que diz da eliminação das desigualdades racial, é um ideal. "Ela mira para quando não precisarmos mais falar sobre o racismo. Mas não é o que temos agora. Na nossa atual conjuntura, com um presidente que nega o racismo, que diz que não escravizou ninguém e que não vê o porquê de políticas que beneficiem os negros, a gente tem que abordar sim", defende.

A luta das/os assistentes sociais deve ser por conquistas direitos humanos e políticas públicas, o que intensifica nossas lutas históricas. Ao mesmo tempo, temos que combater o preconceito diário, enfrentar a discriminação e a desigualdade, avançar em estratégias de educação, cultura e direitos humanos, na busca incansável pela reparação de uma dívida histórica da colonização ainda presente.

O Coletivo pretende ainda mobilizar a categoria profissional a realizar rodas de conversas sobre a história e a cultura negra, a fim de reconhecimento das raízes e, a partir disso, criar coletivos regionais para disseminação e valorização da cultura negra. A ideia é resgatar a identidade e conscientizar as/os negras/os da importância de conhecer a própria história.

O Coletivo ainda está em construção, venha participar você também e contribua para a organização deste espaço de combate ao racismo e de luta pela igualdade racial!

DONA IVONE DE LARA,
UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

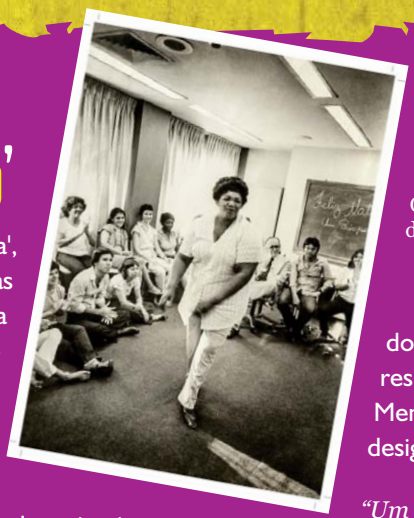

Foto: Dona Ivone Lara numa roda de conversa com médicos no Hospital Engenho de Dentro, onde exerceu as profissões de enfermeira e assistente social, especialista em Terapia Ocupacional, tendo sido companheira de trabalho da doutora Nise da Silveira.

Conhecida como 'dama do samba', Dona Ivone Lara foi uma das primeiras assistentes sociais brasileiras e é uma referência para o movimento negro no Brasil. D. Ivone herdou o legado da resistência das mulheres negras, pelo samba, capoeira, danças e religiosidade de matriz africana, traços que aparecem em suas músicas, tendo sido uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil.

Ela atuou durantes anos como assistente social na Saúde Mental, tendo iniciado um trabalho inovador com as famílias e pacientes, aliando cuidado e arte. Dedicou-se a trabalhos em hospitais psiquiátricos, tendo atuado no Serviço Nacional de Doenças Mentais, com a psiquiatra Nise Silveira.

Além disso, ela atuou durante 30 anos no Instituto de Psiquiatria do Engenho de dentro, no Rio de Janeiro, desenvolvendo, junto de Nise Silveira um trabalho que revolucionou o atendimento psiquiátrico no Brasil.

Dona Ivone faleceu em abril do ano passado, no Rio de Janeiro, com uma parada cardiorrespiratória, e deixou um valioso legado à Saúde Mental, ao Serviço Social e para os combates à desigualdade racial e outras opressões.

"Um sorriso negro, um abraço negro
Traz...felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
..Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é...a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade.. (um sorriso negro !)"
Dona Inove Lara (1921-2018)

Fontes: https://www.youtube.com/watch?v=xVtowndTTiE
http://www.letrasdemusicas.fm/dona-ivone-lara/lamento-do-negro

Textos: Márcia Borowski. **Comissão de Comunicação do Cress-PR:** Jucimeri Silveira, Tamíres Oliveira, Kellen Dalcin, Lena Sonda. **Assessoria de Comunicação:** Três Criativos.

CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região
gestão tempo de resistir: nenhum direito a menos!